ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – PDL 08 /2021

PROTOCOLADO SOB Nº 5744 /2021

EM 19 / 07 / 21

	ATA
TO EM / /2017	
OVADO EM / /2017	
ITADO EM / /2017	
ÚTIVO	

"CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ RIOGRANDINA À DENISE DIAS FREIRE, JUÍZA DE DIREITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL."

Art. 1º - Concede o título de Cidadã Riograndina à Meritíssima Juíza de Direito Denise Dias Freire.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua aprovação..

Rio Grande, 19 de julho de 2021.

Maria Regina Moraes

Verª. Regininha
Partido dos Trabalhadores

Denise Dias Freire, nascida em 22 de abril de 1981 em Porto Alegre, graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2002, após aprovação no primeiro vestibular que prestou, assim que concluído o ensino médio.Seguiu uma tradição familiar de mais de 100 anos. Seu bisavô, seu avô, bem como sua mãe e seu pai foram juízes de direito de carreira e chegaram ao cargo de desembargador. Embalada pelo ambiente da justiça desde o berço, Denise prestou seu primeiro concurso público para ingresso nas carreiras do Poder Judiciário ainda aos 18 anos, sendo aprovada e tornando-se servidora pública do Tribunal de Justiça gaúcho, no então cargo de Oficial Superior Judiciário, profissão à qual se dedicou durante oito anos. Certa de que poderia contribuir mais para a sociedade, lançou-se ao sonho de ser juíza de direito, estudando com a determinação e a garra que lhe são peculiares. Assim, foi aprovada no primeiro concurso que prestou para juíza de direito, tomando posse no ano de 2010. Foi magistrada nas comarcas de Estrela, Lajeado, Iraí e Arroio Grande. Foi promovida por merecimento para a comarca de Rio Grande, onde desde abril de 2016 titulariza o Juizado da Violência Doméstica e Familiar. Aqui, na qualidade de Diretora do Foro em 2017, deparou-se com dezenas de ações de retificação de registro civil de pessoas trans, que há anos tramitavam judicialmente sem solução. Com coragem e inspirada nos ensinamentos de Maria Berenice Dias, sua mãe e maior doutrinadora do Brasil em defesa aos direitos da população LGBT, a juíza Denise sentenciou todos os processos que estavam em tramitação, finalmente conferindo às primeiras pessoas trans riograndinas o direito de serem reconhecidas legalmente pelo gênero e nome com o qual se identificam. Jurisdicionou ainda a Vara do Júri por um ano e dois meses, presidindo dezenas de júris populares, dando resolutividade e julgamento aos homicídios cometidos nesta cidade. Em 2020 esteve à frente ainda, durante seis meses, da Vara das Execuções Criminais em substituição, cumulando os desafios da jurisdição no combate aos crimes comuns e à violência doméstica durante a pandemia, liderando a implantação do processo eletrônico nas duas varas. Tem destacada atuação no combate à violência de gênero, sendo a responsável pela implantação na cidade dos "Grupos Reflexivos de Gênero". Tal projeto visa a reeducação de homens que se envolveram em situação de violência doméstica, e se constitui em aliado às ações de atenção e proteção destinadas às vítimas no âmbito da Lei Maria da Penha. É um espaço de escuta e de reflexão que propicia ao ofensor o reconhecimento da prática de violência, passando pelo processo de auto responsabilização e, ao final, de transformação de comportamentos e atitudes, promovendo a equidade entre homens e mulheres. Ainda, transformou o espaço do fórum destinado ao Juizado da Violência Doméstica, ali criando uma sala especial de acolhimento para que as mulheres vítimas possam aguardar suas audiências judiciais em espaço acolhedor e separadas de seus agressores. A sala conta com "espaço kids", com brinquedos doados para entretenimento das crianças que acompanham suas mães ao Fórum. Ainda, a juíza promoveu, às próprias expensas, a pintura de todo o setor na cor lilás, cor do combate à violência doméstica, proporcionando assim qualidade de vida aos servidores do Juizado e espaço mais digno para as vítimas, testemunhas e operadores do direito.